

- 
- 
- 

Alterações sobem hoje ao Parlamento

# «PRESIDENCIAIS» DE JANEIRO JÁ REGIDAS POR NOVA LEI?

• PSD/CDS e PRD apresentaram projectos

O Parlamento vai reunir-se hoje em plenário para o debate na generalidade da revisão da Lei Eleitoral para o presidente da República. Dois projectos de lei sobre a matéria tinham sido apresentados até ao fim da tarde de ontem, um do PRD e outro subscrito conjuntamente pelo PSD e CDS.

No preâmbulo do seu projecto, o PRD explica que se sente a necessidade de «toda a legislação eleitoral», que culmine com um código eleitoral.

Neste código — acrescenta — as leis de disposições comuns a todas as eleições, deveriam conter-se disposições especiais ditadas pelo particularismo de cada uma delas.

Conclui, no presente momento, com as eleições presidenciais a ocorrerem dentro de poucas semanas, tem de se aguardar para melhor oportunidade a concretização da lei comenteada — diz ainda.

«Mais modestamente, por agora, apenas se evocaram

com as alterações legislativas que se alçaram mais recentes» — acrescenta.

A Lei Eleitoral para o presidente da República, poucas alterações a fazer, logo que tem de existir — explica ainda.

«Como não podia deixar de ser, o diploma legal referido contém algumas alterações — das disposições arcaicas e desadaptadas à actual realidade política e social» — acrescenta.

«Isto para além de regular, mesmo de forma imperfeita, e incompleta as operações eleitorais respeitantes a um eventual segundo turno» — explica também.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP requereu on-

tem ao presidente da Assembleia da República a adopção do «processo de urgência» relativamente a projectos de lei que aprovam medidas para combater e eliminar as consequências dos salários em atraso; que garantem aos reformados, pensionistas e idosos o aumento imediato e significativo do valor mínimo das reformas e pensões; e que revogam a Lei das Rendas e outro (usen e listras as un cento de regim de crime damento).

Segundo uma nota distribuída pelo Secretariado daquele Grupo Parlamentar, «a iniciativa tem como objectivo a aprovação de medidas que permitam acudir a situações sociais de particulares gravidade, a que a AR não pode por mais tempo ficar indiferente e a que deve dar resposta imediata».

Por outro lado, o PCP/Açores considerou ontem «sem qualquer fundamento vital ou comprovável» a direc-

tiva do Plano-86 do Executivo açoriano, que prevê a criação de mais de dois mil postos de trabalho.

Em conferência de imprensa, os comunistas açorianos denunciaram o que classificam de «falsa imagem de preocupação» do PSD pelos problemas concretos e locais «que mais afectam as condições de vida dos açorianos».

Referiu também que a (prva) do Parlamento açoriano da Lei de Criação Agrícola é uma medida governamental de carácter «acentuadamente antipopular».

Os dirigentes do PCP açoriano disseram ser extremamente «favorável» à região o trabalho realizado pelo seu único deputado na Assembleia Regional dos Açores e denunciaram a existência de «acordos tácitos» existentes entre os outros partidos com assento no Parlamento (PSD, PS e CDS).

O aparecimento de propostas comunistas no Parla-

mento dos Açores «então o PS nas suas posições de falsa oposição electiva ao Governo Regional do PSD» — acrescentaram.

**• José Luís Nunes**  
— provável líder parlamentar do PS







Alterações sobem hoje ao Parlamento

# «PRESIDENCIAIS» DE JANEIRO JÁ REGIDAS POR NOVA LEI? • PSD/CDS e PRD apresentaram projectos

O Parlamento vai reunir-se hoje em plenário para o debate na generalidade da revisão da Lei Eleitoral para o presidente da República. Dois projectos de lei sobre a matéria tinham sido apresentados até ao fim da tarde de ontem, um do PRD e outro subscrito conjuntamente pelo PSD e CDS.

No preâmbulo do seu projecto, o PRD explica que sente a necessidade de uma alteração profunda de toda a legislação eleitoral, que culmine com um código eleitoral.

Neste código — acrescenta — as leis de disposições contidas em todos os diplomas deviam, com as disposições especiais ditadas pelo particularismo de cada uma delas.

Com isso, no próximo momento, com as eleições presidenciais a ocorrerem dentro de poucas semanas, tem de se aguardar para melhor oportunidade para a construção da lei constitucional — diz ainda.

«Mas modestamente, por agora, devemos ser críticos

com as alterações legislativas que se cifuram mais presentes» — acrescenta.

A Lei Eleitoral para o presidente da República poucas alterações sofreu ao longo dos quase 10 anos que reinou e a sua — explica ainda —

«Como não existe a lei de lei, o diploma legal referido sobre estes aspectos, obedecendo às disposições actuais e desadequadas à actual realidade política e social» — refere ainda.

«Mas para além de regularidades de forma imperfeita e incompleta as operações eleitorais respeitantes a um eventual segundo sufrágio» — explica também.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP recebeu on-

tem ao presidente da Assembleia da República a adopção do «processo de urgência» relativamente a projectos de lei que aprovam medidas para combater e eliminar as consequências dos salários em atraso, que garantem aos reformados, pensionistas e idosos o aumento imediato e significativo do valor mínimo das relembranças e pensões; e que integram a Lei das Rendas e introduzem alterações urgentes ao regime de arrendamento.

Segundo a lei aprovada pelo Secretariado da qual o Grupo Parlamentar «a iniciativa tem como objectivo a aprovação de medidas que permitam acudir a situações sociais de particular gravidade, a que a AR não pode por mais tempo ficar indiferente e as quais deve dar resposta imediata».

Por outro lado, o PCP/Açores considerou ontem «sem qualquer fundamento visível ou comprovável» a direc-

tiva do Plano-86 do Executivo açoriano, que prevê a criação de mais de dois mil postos de trabalho.

Em conferência de imprensa, os comunistas açorianos denunciaram o que classificam de «falsa imagem de preocupação» do PSD pelos problemas concretos e locais «que mais afectam as condições de vida dos açorianos».

Referiram também que a aprovação no Parlamento açoriano da Lei de Orientação Agrícola, uma medida governamental que os chamam «aceitadamente antipopular».

Os dirigentes do PCP açoriano disseram ser extremamente «favorável» à região o trabalho realizado pelo seu único deputado na Assembleia Regional dos Açores e denunciaram a existência de «acordos tácitos» existentes entre os outros partidos com assento no Parlamento (PSD, PS e CDS).

O aparecimento de propostas comunistas no Parla-

mento dos Açores «então o PS nas suas posições de falsa oposição efectiva ao Governo Regional do PSD» — acrescentaram.

• José Luís Nunes — provável líder parlamentar do PS

Entretanto, José Luís Nunes deverá ser, depois de amanhã, reeleito líder parlamentar do PS, depois de frustrada uma eventual candidatura de Almeida Santos, sobre a NP de Ione partidária.

Para quinta-feira estão convocadas as eleições no Grupo Parlamentar do PS, que nesta legislatura está reduzido a 57 deputados, três dos quais não militantes — Ribeiro Teles (FPM), Lopes Cardoso (UEDS) e António Barreto (Independente).

A disponibilidade de Almeida Santos para as funções de líder parlamentar encontrou alguns obstáculos, pelo que é «muito provável» a reeleição de José Luís Nunes, disse a mesma fonte do PS.

• CDS: Gomes de Pinho único candidato a líder parlamentar

Retira-se ainda que Gomes de Pinho é o único candidato à eleição do novo líder parlamentar do CDS, que se efectua hoje à tarde na Assembleia da República.

O prazo para apresentação de candidaturas terminou ontem, tendo aparecido uma única lista, encabezada por Gomes de Pinho, e que tem como vice-presidentes Cavaleiro Brandão, Soares Cruz e José Luís Vilaca. Abreu e Lima, Horácio Marçal, Andrade Pereira e Manuel Queiroz são os candidatos da mesma lista a vogais da Direcção.

Esta Direcção deverá substituir a equipa de três elementos — Naranjo, Cois-soró, Luis Beirão e Soares Cruz — que tem coordenado a bancada do CDS na Assembleia nas últimas semanas.

Estes elementos eram os vice-presidentes da Direcção presidida por Nogueira de Brito e que esteve em funções na anterior sessão legislativa.

FONTE DE INFORMAÇÃO

*Journal de ...*

Nº DE REGISTO

  /  AJ  

DATA

  12/11/81  

Nº

  1  

